

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Procurando a qualidade por meio da Avaliação Institucional Participativa

Ana Maria Osorio Dias<sup>1</sup>

Glades Tereza Felix<sup>2</sup>

Marlei Terezinha Mainardi<sup>3</sup>

**Resumo** Este paper objetiva apresentar o projeto de pesquisa e eventos intitulado Proposta Experimental de Avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de um Centro de formação de professores de uma instituição pública de ensino superior. O objetivo é constituir uma pesquisa diagnóstica que permita acompanhar a qualidade das atividades realizadas pela unidade de ensino, com base no seu projeto pedagógico. Para o estudo destacamos as ideias de SAUL (1988), LEITE (2005), DIAS SOBRINHO (2002), BARBER (1997). Com base na metodologia da Avaliação Institucional participativa (AIP), pois segundo Leite, (2005) representa uma prática capaz de formar um campo de conhecimento e ação política no espaço público. É um projeto global, continuado dentro de um ciclo (2014-2017) até completar a totalidade da unidade, por meio de consultas periódicas e planejadas de livre adesão, a partir de um cronograma acordado entre os envolvidos. Estão previstos 11 instrumentos on-line de avaliação e autoavaliação envolvendo docentes, estudantes, gestores, técnico-administrativos, estágios, serviços terceirizados, pesquisa, extensão e os egressos. Cada processo avaliativo se constituirá num evento e será desenvolvido por meio de quatro fases: sensibilização, implementação, resultados e meta avaliação. Os dados decorrentes da pesquisa visarão a reformulação e ou atualização do projeto pedagógico em função da melhoria da qualidade da educação superior.

**Palavras-chave:** Projeto pedagógico; Avaliação Participativa; Qualidade.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Programa de Especial de Graduação para Formação de professores para a Educação Profissional da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Email. anamariaodias@hotmail.com

<sup>2</sup>Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Email. felix@smail.ufsm.br

<sup>3</sup>Fonoaudióloga da Universidade Federal de Santa Maria. Email. marleimainardi@gmail.com



## Introdução

A avaliação possui inúmeras faces, se apresenta de vários modos e busca cumprir distintas finalidades, além de ocultar significados. Ela produz sentidos, consolida valores, afirma interesses e provoca mudanças, enfim tem uma profunda dimensão pública. Em resumo a avaliação é um elemento essencial para o provimento das melhorias nas políticas educativas e inovações, as formas avaliativas ultrapassam uma larga escala, que gradativamente amplia o seu alcance e seus efeitos na economia e na política, além de ações com intervenção social (Dias Sobrinho, 2002).

Neste contexto, o Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM) vem se empenhando num processo intenso de conhecimento e acompanhamento de seu Projeto Político-pedagógico. Em função disso, a Comissão de Avaliação Institucional do CE no ano de 2013, implementou um conjunto de ações articuladas visando ouvir os alunos e os servidores docentes e técnico-administrativos quanto à expectativa da construção e consolidação de uma cultura de avaliação.

Foi por meio do debate, através de reuniões, seminários e assembléias que a comunidade foi convidada a discutir os resultados da autoavaliação 2012 promovida pela instituição, na oportunidade foi se revelando os anseios e as expectativas da comunidade pela implementação de um processo de acompanhamento periódico do Projeto Pedagógico do Centro, visto que as demandas negativas levantadas, ao longo do tempo não conseguem ser atendidas pelas avaliações regulatórias implementadas pelo Estado através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES, 2004), tão pouco, pelas reformas curriculares isoladas, implementadas por força da burocracia.

O ponto forte foi à aplicação de uma enquete contendo três perguntas: Você quer avaliação no CE? Para quê? Como? Na época, a comunidade era composta por 1.100 alunos de graduação e pós-graduação presenciais, 115 professores efetivos e 42 servidores técnico-administrativos, participaram da enquete 598 atores. Dentre estes a maioria (99,7%) manifestou-se pela realização de uma avaliação no CE.

Em decorrência disso, as respostas auferidas “Para quê” e “Como” desvelaram um grande descontentamento em relação a demandas infraestruturais que analisadas no conjunto, evoluem para questões complexas e relacionadas a problemas didático-pedagógicas envoltos na relação aluno versus docente, principais atores do cenário universitário. Isso reflete o desconhecimento da comunidade sobre a identidade de formação dos futuros profissionais exposta no atual Projeto Pedagógico da unidade.



Avaliação interna fornece as bases para a avaliação externa, que por sua vez alimenta novos processos internos. Nenhum momento é acabado, embora cada um deles deva ir periodicamente consolidando os seus resultados provisórios, que passam a ser reexaminados nos movimentos seguintes a avaliação não se esgota em nenhum relatório interno ou externo, nem em um único e isolado olhar. Dever ser dinâmica e prospectiva, continua e aberta, como a realidade que ela quer compreender e transformar. (Dias Sobrinho, 2000, p.127-128).

Frente ao questionamento provocado pela CAICE e a consequente resposta da comunidade, sentimo-nos, responsáveis em propor e construir, coletivamente, uma proposta de avaliação participativa, cujo objeto central é o Projeto Político-pedagógico do CE. Por isso, justifica-se tal iniciativa numa perspectiva reativa e independente, cujo compromisso é procurar a qualidade fazendo com que a unidade e a instituição, numa atitude diagnóstica, olhem para si mesmas e a partir de práticas reflexivas, promovam melhorias na educação superior.

Objetiva-se atingir da entrada (portaria), a sala da Direção, as salas de aula, as salas dos docentes, os setores, a pesquisa a extensão, as chefias, as coordenações, os egressos, os serviços terceirizados, indo até os parceiros externos que contribuem com os estágios do CE. Os alunos e os docentes, por serem os atores mais evidentes na fala da comunidade, serão os primeiros a serem envolvidos, bem como se constituirão em objeto de consulta semestral do início ao final do Ciclo. Gradativamente, os demais sujeitos serão adicionados ao processo, devendo no mínimo, duas vezes, ser objeto de avaliação no mesmo ciclo, visando comparar as mudanças e aprofundar o debate político sobre a evolução de tais mudanças na unidade.

O Projeto será financiado por recursos próprios da instituição e contará com uma equipe preparada de professores pesquisadores, professores coordenadores da EAd, técnico-administrativos da área de tecnologia de informação e comunicação, um consultor interno do Núcleo de Acessibilidade, um consultor externo especialista na temática avaliação da educação superior, um bolsista do Curso de Formação de Professores para Educação profissional, um bolsista da área de estatística, um bolsista da área de publicidade e propaganda e alunos representantes do Diretório Acadêmico, todos integrados a proposta desde a sua concepção.

### **Referencial Teórico**



Na visão de Dias Sobrinho, (2000, p. 45), uma exigência fundamental para um processo de avaliação da educação superior é a compreensão das funções essenciais da instituição universitária.

Portanto, ao nos referirmos sobre projeto político-pedagógico antes, durante e depois temos de “falar em avaliação”, Villas Boas (1998, p. 180) exatamente por ser esta, a parte da ação pedagógica que o inicia, mantêm-no ou se necessário sinaliza para sua atualização ou reformulação.

Frente a tal relação indissociável “avaliação versus projeto pedagógico”, cabe resgatarmos a opção do CE sobre a Avaliação Institucional Participativa, quando no seu Projeto Pedagógico (2012) apresenta sete metas, dentre estas, podemos destacar duas como as mais importantes e de urgente responsabilidade e cumprimento por parte da CAICE; ou seja, “construir espaços de discussão sobre questões concernentes ao CE a partir do Projeto Político-pedagógico e da Avaliação Institucional”

Entende-se que tal processo sistematizado procurou refletir o espírito de determinado contexto, tentando dar à unidade de ensino, coerência interna e coesão, pois é um texto de múltiplas mentes e mãos, e que, sem dúvida, transparece a diversidade dos participantes.

Assim, pode-se criar uma rede voluntária de subjetividades e interesses dirigidos para a defesa consciente do bem público; isso distingue a “avaliação das instituições universitárias” como uma ferramenta de responsabilidade democrática para um movimento autos sustentado de mudanças permanentes.

Na defesa de Leite, (2005) isso “necessita de um tempo para se desenvolver, nem longo, nem curto, um tempo próprio que não segue cronogramas rígidos”. Portanto, cada caso terá um tempo de maturação, fortalecimento e consolidação próprios.

Destacamos alguns enunciados que permitem identificar as características da AIP, segundo os pressupostos da democracia forte, Barber, (1999) e distingui-la de outras formas de avaliação:

- a) Avaliação participativa exige sensibilização e pactuação ou negociação política;
- b) Avaliação participativa constitui um instrumento epistemológico para o pensamento e a ação política no espaço público;
- c) Avaliação participativa envolve a criação de uma comunidade do bem público;
- d) Avaliação participativa se exerce através da cogestão e do autogoverno de diferentes atores;
- e) Avaliação participativa institui autonomias dos sujeitos, dos coletivos e da instituição;



- f) Avaliação participativa nutre-se da autocrítica, autovigilância e autolegislação permanentes.
- g) Avaliação participativa exige seu tempo próprio.

Por outro lado, a AIP, mesmo sendo a mais adequada aos processos de avaliação interna: autoavaliação das instituições de educação superior, não substitui a prática da avaliação externa, pois segundo Leite, (2005) a democracia direta pode ser “auto benevolente e produzir um retrato fictício de uma dada realidade”. O certo é a busca do aprimoramento do processo, sempre, pela escuta, a autocrítica, a autolegislação, a autofiscalização e a autovigilância das e nas decisões e ações, pois eficiência e eficácia em avaliação sempre serão conceitos associados, mesmo quando o poder é uma relação de autoridade partilhada.

A primeira versão oficial do Projeto Político-pedagógico do Centro de Educação foi aprovada no ano de 2012, entretanto, não podemos desconhecer que após a aprovação da LDBEN 9394/96 houveram esforços protagonizados por antigos gestores que tentaram encaminhar tal discussão, sem sucesso.

No entanto, um breve resgate nos informa que a primeira tentativa ocorreu no ano de 1997, quando foi nomeado o Professor Dr. Leocádio José Corrêa Ribas Lameira, para coordenar e instalar os trabalhos de subsídio à elaboração do documento. Na época, a Comissão ouviu em sessão pública, voluntariamente, os setores, as subunidades, os gestores, os docentes, e o Diretório acadêmico, o que ainda, não foi suficiente para a concretização e elaboração de tal documento.

A palavra projeto traz imiscuída a ideia de futuro, de vir-a-ser, que tem como ponto de partida o presente (daí a expressão “projetar o futuro”). É extensão, ampliação, recriação, inovação, do presente já construído e, sendo histórico, pode ser transformado: um projeto necessita rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. (GADOTTI, 2000, 12).

O referido documento está estruturando contendo quatro grandes temas abordados; a saber:

1. Breve histórico do Centro de Educação
2. Processo de construção do projeto Político-pedagógico do Centro de Educação
3. Pressupostos e perspectivas:
  - a. Gestão
  - b. Ensino, pesquisa e extensão
  - c. Avaliação Institucional
  - d. Interações sociais
4. Metas e ações estratégicas



## Metodologia

Tendo em conta a realidade do Centro de Educação, elegemos, entre a diversidade de modelos de avaliação de cunho crítico, a Avaliação Institucional Participativa (AIP), com base nos estudos de Leite (2005) e Barber (1997), para fundamentar essa investigação. Isso se justifica porque os anseios da comunidade se encontram melhor explicitados nos princípios e referentes deste formato avaliativo.

Em princípio, Leite (2005, p. 109), aponta que as ações de onde surgiu esta formulação é um processo de “transformação e reforma permanente da universidade”. A avaliação de cunho participativa é indissociável a uma forma de democracia forte, plena ou direta, um regime de governo capaz de resolver problemas e conflitos por meio de uma política de participação, com autocrítica e autolegislação.

Tudo isso faz com que a Avaliação Participativa, seja desconectada dos formatos de avaliação sustentados na teoria liberal, independente de sua variação. Quanto mais participação forte (+++) mais qualificado o processo de avaliação, seus métodos, instrumentos e os próprios participantes. Tem muito em comum com os modelos que se denominam emancipatórios (Saul, 1988) ou qualitativos, porém diferencia-se à medida que, intencionalmente, aprofunda a vivência da democracia forte, indo além de governanças universitários e colegiados, constituindo uma espécie de currículo oculto para a aprendizagem e produção de conhecimento social e político.

Este processo se propõe ser um projeto continuado dentro de um ciclo, cujo período terá validade de quatro anos (2014 a 2017), até completar a avaliação da totalidade da unidade. Inicialmente, no primeiro semestre de aplicação, será de caráter experimental, abrangendo somente os cursos de graduação presenciais; gradativamente, se estenderá à globalidade, atingindo a modalidade de Cursos presenciais e a distância ofertadas pelo CE, tanto de graduação quanto pós-graduação.

Neste sentido, esta proposta deverá constantemente ser autoavaliado à luz de alguns princípios resgatados da proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB (1994) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (2004). O PAIUB (1994), porque foi a melhor expressão de equilíbrio entre o pilar da regulação e da emancipação que o ensino superior já



experimentou em termos de Brasil; e o SINAES (2004), porque ser a atual proposta vigente para avaliar as IES.

Por estes princípios, o processo desenvolver-se-á com as seguintes características:

- Centralização nas atividades fins e meio.
- Participação de todo o pessoal envolvido (CAICE, Direção, Chefias departamentais, Coordenações de cursos, LINCE, corpo técnico, docente e discente), tanto nos procedimentos e nas implementações, como na utilização dos resultados.
- Integração das diferentes experiências avaliativas em andamento nos cursos, segmentos e setores da unidade.
- Avaliação contínua e sistemática para promover o constante aperfeiçoamento do processo pedagógico promovido pelo CE.

A partir do embasamento teórico-prático oriundo de estudos, debates, seminários e enquete, a CAICE, num trabalho coletivo com a comunidade, elaborará instrumentos de avaliação on-line, que deverão ser validados por uma amostra da comunidade, antes da aplicação definitiva. Ficará a cargo da CAICE também a coordenação dos diversos grupos que viabilizarão a implementação das sucessivas avaliações planejadas.

Estão previstos 12 instrumentos de avaliação (IA) on-line, que combinam avaliação e autoavaliação, de livre adesão, envolvendo campos distintos, sequenciados e relacionados como: o ensino de graduação e pós-graduação presencial e a distância, os professores, os alunos, as turmas, os gestores, os técnico-administrativos, os estágios, os serviços terceirizados, a pesquisa, a extensão e os egressos. Cada avaliação será um novo evento e será desencadeado por meio de quatro fases: sensibilização, implementação, resultados e meta avaliação; conforme a AIP, a saber:

**Sensibilização:** Uso de ferramentas essenciais como seminários, enquete, campanha visual (cartazes, folders), reuniões. Será realizada a construção, organização pedagógica, técnica e a validação dos instrumentos.

**Implementação:** Aplicação de instrumentos de avaliação, contendo aproximadamente 30 questões fechadas e uma aberta para sugestões e reclamações.

**Resultados:** Os instrumentos respondidos serão tabulados por item (total geral) e por curso (total). Os dados passarão a serem analisados e tratados estatisticamente, visando atender o objetivo deste projeto, logo resultados relativos aos docentes serão



entregues aos respectivos, pelas chefias departamentais e das turmas de alunos, as Coordenações dos Cursos.

Meta avaliação: Ocorrerá, imediatamente, após aplicação e análise de cada instrumento, com responsabilidade da CAICE escutar e respeitar os diferentes pontos de vista sobre a organização de todo o evento desenvolvido, promovendo os ajustes necessários à melhoria da qualidade da avaliação no CE.

Os fatos e dados decorrentes das recomendações (relatórios) destes eventos constituirão parte de um projeto de pesquisa, visando à reformulação e ou atualização do PPP. Quando os resultados serão tabulados e transformados em quadros, gráficos e tabelas do Excel, para facilitar a leitura e a interpretação pela equipe e pela comunidade.

Todo o processo será informatizado, com apoio do Centro de Processamento de dados (CPD) da UFSM e do Laboratório de Informática do CE (LINCE), através de ferramentas adequadas para a composição de um banco de dados. A tabulação, manipulação, leitura e cruzamento dos dados serão de responsabilidade da CAICE com o apoio do Departamento de Estatística do Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE), do LINCE e outras tecnologias inovadoras que se fizerem necessárias para a construção e concretização da investigação.

Serão também sistematizados pela CAICE e coordenadores dos respectivos Cursos presenciais e a distância, em forma de relatório, contendo análises quali-quantitativa. O conjunto dos resultados constituirá uma série histórica organizada num banco de dados representativo de indicadores quali-quantitativos do CE e será uma ferramenta para o planejamento de políticas a curto, médio e longo prazo, visando à atualização e ou reformulação do Projeto político-pedagógico do CE.

O levantamento dos dados para a pesquisa da fase inicial se dará da seguinte forma:

- 1- Alunos, regularmente, matriculados em disciplinas dos cursos de graduação presenciais e a distância do CE, conforme registro no Departamento de Registros e Controle Acadêmico (DERCA), no Sistema de Informações Educacionais (SIE) e Portal do aluno, no período de aplicação dos instrumentos.
- 2- Docentes do quadro permanente ou substituto, lotados no Centro de Educação ou em outros centros didáticos da UFSM que ministram aulas em disciplinas dos cursos de graduação presenciais e distância do CE ofertadas no período de aplicação dos instrumentos, conforme registro no DERCA, SIE e Portal do professor.



# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



A equipe da CAICE negociará com os docentes a disponibilização do tempo necessário para os alunos participarem do processo de avaliação, respondendo os instrumentos, durante o período das atividades didáticas, na instituição, inclusive providenciando todas as condições necessárias para os alunos com necessidades especiais.

## In conclusões

Como é um projeto de grande porte em fase inicial de planejamento, já aprovado nas instâncias de colegiados internos, porém ainda sem implementação, não dispomos de dados concretos sobre a qualidade de sua aplicabilidade, no entanto, espera-se que a metodologia da Avaliação Institucional Participativa (AIP) possa dar conta dos eventos que foram planejados, privilegiando a construção, o diálogo e a consulta permanente aos envolvidos, subsidiando assim, com dados consistentes o projeto de pesquisa que objetiva verificar a necessidade de revisão e ou atualização do Projeto Pedagógico do Centro.

Em relação aos assuntos atinentes à ética, a lisura e a transparência do processo, em qualquer tempo, deverão a Direção e CAICE evitar a identificação dos respondentes, assegurando sigilo absoluto de dados confidenciais, objetivando tão somente a melhoria da unidade.

Assegura-se que os dados sistematizados constituirão Relatórios Finais por população aplicada e serão analisados qualitativamente pelos participantes e gestores envolvidos, em reuniões conjuntas e debatidos pelo coletivo envolvido, sendo divulgados junto à comunidade do Centro de Educação e em debates e assembleias internas.

Todos os documentos relativos à avaliação serão entregues à Direção, a coordenação dos cursos e as Chefias departamentais para a articulação, de ações políticas, administrativas e pedagógicas, a curto e médio prazo, que levem a melhoria e ao aperfeiçoamento das práticas sociais no Centro. Sendo, contudo, os resultados e dados finais objeto de ampla discussão interna, podendo após, ser publicados, apresentados e debatidos em eventos de cunho científico.

Espera-se que o papel desta proposta esteja circunscrito a dimensão formativa e educativa da Avaliação Institucional Participativa, a qual possa nos encaminhar, de fato, para uma educação superior de qualidade, sendo uma ferramenta de reação e complementação as limitações das avaliações regulatórias.



#### Referências Bibliográficas

BARBER, Benjamin. **Democracia forte**. Paris, Desclée Brower, 1997.

BRASIL. MEC/SESU. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**. (PAIUB). Brasília, MEC/SESU. 1994.

BRASIL. **MEC**. Lei 10.891/2044. Trata do Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior. (SINAES). Brasília. 2004.

Dias Sobrinho, José. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis : Insular, 192p. 2002.

\_\_\_\_; **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. IN: GADOTTI, M, ROMÃO, J. E (Orgs.) **Autonomia da Escola, princípios e práticas**. 2ed. São Paulo. Cortez, 2000.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias. Avaliação Institucional Participativa (AIP)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória. Desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

UFSM. Centro de Educação. **Projeto político-pedagógico do CE/UFSM**. Santa Maria, 2012.

VILLA BOAS, Maria de F. O projeto político-pedagógico e a avaliação: IN: VEIGA, I. P. A; RESENDE, Lúcia M. G. de (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. São Paulo. Papyrus, 1998.